

O NORMAL É A VIOLÊNCIA

Nesta edição não estamos diante de um conjunto de pesquisas que descrevem o mundo, mas de um arquivo que expõe seus mecanismos de produção. Começa-se pelo corpo que não pode existir sem ser marcado. A vida travesti, a criança violentada, o sujeito racializado, o indígena capturado por dispositivos externos, não são exceções, são efeitos sistemáticos. A norma aparece menos como regra e mais como tecnologia de seleção. Aquilo que não se encaixa não é corrigido, mas exposto, silenciado ou eliminado. A violência, longe de ser anômala, constitui o funcionamento ordinário. E quando a linguagem tenta reparar, frequentemente apenas reorganiza o dano sob novas formas. Mas a exclusão não se sustenta apenas pela força; ela depende de dispositivos mais sutis. A escola que ensina numa língua que exclui, a mídia que representa ao mesmo tempo que captura, a política pública que inclui condicionando, a clínica que trata ajustando.

Em cada um desses pontos, o que se apresenta como solução revela sua ambiguidade. Incluir pode ser outra forma de normatizar. Dar visibilidade pode ser outra forma de controle. A promessa de emancipação carrega, silenciosamente, a exigência de adequação. O campo econômico e institucional intensifica essa lógica. O trabalho torna-se negociável até o ponto em que o próprio direito perde sua função protetiva. A ética corporativa transforma-se em estratégia de mercado. A globalização, antes celebrada como inevitável, revela-se dependente de adesão e começa a ser recusada. Não há ruptura clara entre exploração e regulação; mas continuidade. O sistema não colapsa por erro, mas por coerência interna. Mesmo onde se espera resistência, o impasse persiste. A memória não fixa o passado, mas o reorganiza. A história não recupera, seleciona. A política de reparação enfrenta estruturas que a excedem. A formação profissional, quando finalmente confronta suas lacunas, descobre que não se trata de adicionar conteúdos, mas de desmontar fundamentos. A pedagogia, a saúde, o direito, todos operam no limite entre reprodução e ruptura. E então algo se desloca de forma mais radical. A vida deixa de ser apenas governada e passa a ser distribuída. Quem deve viver, pode morrer ou ser esquecido. A necropolítica não é um desvio, mas a forma extrema de uma lógica já presente. A prisão, o território, corpo, alimentação, tudo se torna campo de gestão diferencial.

O cotidiano revela aquilo que a teoria muitas vezes tenta suavizar: a desigualdade não é apenas produzida, mas administrada. O que atravessa todos esses textos não é um tema comum, mas uma insistência: não há neutralidade possível. Toda prática implica escolha, exclusão, consequência. O ponto não é resolver essas tensões, mas sustentá-las sem reduzi-las a síntese confortável. Se há algo que este conjunto exige, é a recusa de leituras apaziguadoras. Não se trata de compreender melhor o mundo, mas de reconhecer que ele opera por cortes que continuam ativos. E que qualquer tentativa de transformá-lo terá de passar por eles e não ao redor.

Prof. Dr. Wellington Lima Amorim

Universidade Federal do Rio Grande do Sul